



POLÍVIAS TRANSPORTES

Balanco patrimonial	2018	2017*	2016*
(reapresentado Nota 23)*			
Ativo/Circulante	15.248	15.807	12.308
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	3.779	3.610	2.490
Contas a receber de clientes (Nota 8)	10.310	11.250	9.060
Impostos a recuperar (Nota 10)	449	192	178
Estoques	26	80	-
Demaís contas a receber (Nota 9)	684	675	580
Não circulante	10.031	11.657	10.304
Realizável a longo prazo	-	-	-
Impostos a recuperar (Nota 10)	256	685	597
Demaís contas a receber (Nota 9)	9.705	10.968	9.701
Imobilizado (Nota 11)	2	4	6
Intangível	-	-	-
Total do ativo	25.279	27.464	22.612
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Capital social	4.000	800	6.593
Reservas de lucros	800	160	1.193
Lucros acumulados	1.479	617	4.826
Total	6.279	1.577	12.612
Em 1º/01/2017 (reapresentado)	4.000	800	6.593
Lucro líquido do exercício	-	-	7.172
Reserva Legal	-	-	(160)
Integralização de capital	800	-	(800)
Distribuição de lucros	-	-	(3.623)
Transfêrencia entre reservas	-	-	(2.589)
Em 31/12/2017 (reapresentado)	4.800	960	9.182
Lucro líquido do exercício	-	-	7.047
Distribuição de lucros	-	-	(5.578)
Transfêrencia entre reservas	-	-	(1.469)
Em 31/12/2018	4.800	960	10.651

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polívias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agrogroecio. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e filiais em locais estratégicos como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai e Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29/08/2019. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o custo atribuído da data de transição para o CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Alterações adotadas pela Companhia:** A seguir, indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2018. **(a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Essa alteração aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48, norma internacional equivalente ao CPC 48. No Brasil, o CPC 48 com vigência a partir de 1º/01/2018, e substitui a orientação contida no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a nova norma trouxe são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O modelo para cálculo de perdas por *impairment* e reconhecimento de provisões para perdas será alterado de um modelo de perda incorrida para um modelo de perda esperada. A Companhia optou pelo método prospectivo de adoção do CPC 48. **(b) CPC 47 - Receita de contratos com clientes:** Esta nova norma se baseia no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente. Tal norma determina que a Companhia deve divulgar informações suficientes para compreensão de natureza, valor, época e incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. Para isso, deve divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre os contratos com clientes, julgamentos significativos e mudanças nos julgamentos ao aplicar este pronunciamento aos contratos e quaisquer ativos reconhecidos a partir dos quais se pode obter ou cumprir um contrato com cliente. A Companhia não identificou impactos decorrentes da adoção dessa norma. **2.2 Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, está sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** 2.4.1 **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2018, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimado como segue: • Caminhão trator, semi-reboque e empilhadeiras - 10 anos; • Automóveis - 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7 Intangível: Software e sistemas operacionais:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar no custo das operações

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br/>

Polívias S.A. Transportes e Serviços

CNPJ nº 53.611.828/0001-42

Demonstrações financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco patrimonial	2018	2017*	2016*
(reapresentado Nota 23)*			
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	5.521	6.839	4.903
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2.677	3.060	2.347
Fornecedores (Nota 13)	1.709	1.419	779
Salários e encargos (Nota 14)	695	792	749
Impostos a recolher e obrigações sociais	172	261	125
IR e CS a pagar	55	494	228
Demaís contas a pagar (Nota 14)	213	813	675
Não circulante	3.347	5.683	6.205
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2.652	4.689	5.202
Provisões para contingências (Nota 15)	675	590	658
Impostos a recolher	-	184	248
Demaís contas a pagar (Nota 13)	20	220	408
Patrimônio líquido (Nota 16)	16.411	14.942	11.393
Capital social	4.800	4.800	4.000
Reserva de lucros	11.611	10.142	7.393
Total do passivo e patrimônio líquido	25.279	27.464	22.612

e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** 2.4.1 **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2018, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimado como segue: • Caminhão trator, semi-reboque e empilhadeiras - 10 anos; • Automóveis - 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7 Intangível: Software e sistemas operacionais:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar no custo das operações

Contador: Adéildo da Silva Lins - CRC: 15P271088/0-9



POLÍVIAS TRANSPORTES

Balanco patrimonial	2019	2018
(reapresentado Nota 23)*		
Ativo/Circulante	14.749	15.248
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	3.779	3.610
Contas a receber de clientes (Nota 8)	10.782	10.310
Impostos a recuperar (Nota 10)	495	449
Estoques	83	26
Demaís contas a receber (Nota 9)	478	684
Não circulante	16.702	10.031
Impostos a recuperar (Nota 10)	256	685
Demaís contas a receber (Nota 9)	307	68
Arrendamento mercantil (Nota 11)	4.983	-
Imobilizado (Nota 11)	11.091	9.705
Intangível	-	-
Total do ativo	31.451	25.279
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		
Capital social	4.800	960
Reservas de lucros	960	1.193
Lucros acumulados	1.479	617
Total	6.279	1.577
Em 1º/01/2018	4.800	960
Lucro líquido do exercício	-	-
Distribuição de lucros	-	-
Transfêrencia entre reservas	-	-
Em 31/12/2018	4.800	960
Lucro líquido do exercício	-	-
Distribuição de lucros	-	-
Transfêrencia entre reservas	-	-
Em 31/12/2019	4.800	960

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polívias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agrogroecio. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai e Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12/03/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, está sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** 2.4.1 **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2019, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimado como segue: • Caminhão trator, semi-reboque e empilhadeiras - 10 anos; • Automóveis - 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa a qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso.

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br/>

Demonstrações dos fluxos de caixa	2018	2017*
(reapresentado Nota 23)*		
Lucro antes do IR e CS	10.137	9.862
Ajustes de		
Depreciação e amortização	1.775	1.564
Provisão para perda esperada de contas a receber (Nota 8)	230	-
Variações em notas de ativo e passivo:	12.144	11.426
Contas a receber de clientes	710	(2.190)
Impostos a recuperar	172	(102)
Estoques	54	(80)
Demaís contas a receber	(77)	(95)
Fornecedores e demais contas a pagar	(522)	565
Impostos a recolher e obrigações sociais	273	72
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.529)	(2.424)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.677	7.772
Fluxos dos investimentos:		
Aquisição de imobilizado	-	(451)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-	(451)
Fluxos dos financiamentos		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(3.036)	(1.978)
Captação de empréstimos e financiamentos	106	-
Dividendos pagos (Nota 16)	(5.578)	(3.623)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(8.508)	(5.601)
Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa	169	1.220
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.610	4.190
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.779	3.610

arrendamentos financeiros. Estes são ativados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada entre o passivo e os encargos financeiros pelo método de taxa efetiva de juros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas na rubrica "Empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado pelo menor período entre a vida útil do ativo e o prazo estabelecido para arrendamento. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. (a) **CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil:** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16, norma internacional equivalente ao CPC 06 (R2), entra em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º/01/2019 e substitui o CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração avaliou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. (b) **CPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro:** O CPC 22 tem o objetivo de examinar em profundidade e na prática os impactos da nova norma de contabilização das incertezas sobre o tratamento fiscal, tanto a CPC 32 quanto a norma IPC 22 se aplicam somente ao Imposto de renda e contribuição social. As vezes não está claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Então, não há certeza como deve ser apresentado nas demonstrações financeiras. De acordo com a IPC 22, o teste-chave é se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Caso a decisão seja que a autoridade fiscal aceitará o tratamento, os valores nas demonstrações financeiras são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. Caso contrário, os valores apresentados nas demonstrações financeiras não são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. A IPC 22 se aplica para períodos anuais com início em/ou após 1º/01/2019, a Companhia está discutindo a interpretação com especialistas para entender plenamente o potencial impacto. Até o momento não há outras normas ou interpretações contábeis que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (a) **Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados, geralmente, durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota 11. (b) **Provisões para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/C93F-86D2-AB41-6904> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C93F-86D2-AB41-6904



Hash do Documento

0C88AF659842649682C45B5C9204A4CFE1833CB6EF8B47AEA77C27FF8493A974

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/11/2025 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 07/11/2025 19:08 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

